

ARQUEOLOGIA & História



Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses | Volume nº55 | 2003

Neolitização em Portugal

O público e o privado na
arqueologia portuguesa

Salvaguarda e valorização
de sítios arqueológicos



Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Sítios arqueológicos: Valorização, Interpretação, Arquitectura. A experiência do Programa *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*¹

Manuel Lacerda²

A GESTÃO do património tem em linha de conta três componentes fundamentais: conhecer, proteger e divulgar.

CONHECER o património passa por inventariar, estudar e investigar, através de um conjunto cada vez mais alargado de disciplinas interdependentes entre si, de modo a se obter uma visão cada vez mais global e mais completa.

Passa por ver os monumentos e os sítios em todas e em cada uma das suas componentes, como entidades evolutivas, com todo o seu contexto envolvente.

Conhecer o património passa por trazer para esse processo tudo o que venha a favorecer uma visão global e integrada, recolocando o património na sua dimensão social.

PROTEGER é salvaguardar o património, através de acções preventivas de ameaças à sua integridade, através da requalificação das envolventes urbanas, paisagísticas e ambientais, utilizando os mecanismos legais de acompanhamento e apreciação de projectos e planos, através de acções físicas de manutenção, consolidação e restauro, através de acções de resgate de propriedades para o domínio público, e através da sua re-funcionalização e utilização no quadro da sociedade actual.

SENSIBILIZAR para o património é chamar a atenção da sociedade para a importância da memória, para a mais profunda razão de ser de manter e de utilizar estes testemunhos, e não de os anular; é trazer para a consciência colectiva que o património é também um recurso cada vez mais precioso e, de certo modo, um recurso não renovável.

É através da DIVULGAÇÃO que se promove e facilita essa tomada de consciência, num processo necessariamente complexo e lento, que torna uma coisa que é abstracção numa realidade concreta e passível de ser experimentada pelas pessoas.

Para DIVULGAR o património de uma forma certa, nessa sua materialidade concreta, é necessário preparar o monumento ou o sítio arqueológico para que possa ser compreendido pelas pessoas; para que este contacto com a realidade material destes sítios se torne numa experiência aliciante e inesquecível, uma experiência de prazer, e não resulte numa decepção feita de incompreensão.

A DIVULGAÇÃO, ou DIFUSÃO, do património, na sua vasta complexidade de meios, formas e âmbito, encontra na INTERPRETAÇÃO um dos mecanismos mais intensos, senão o mais intenso, de mediação entre as pessoas e o património.

Neste contexto, INTERPRETAR significa tornar claro, explicar qualquer coisa que necessita ser desocultada, que está reservada normalmente ao mundo dos especialistas.

E quanto maior é o conhecimento e o aprofundamento técnico e científico da complexidade real dos monumentos e dos sítios, extensível a outros domínios do património, numa ramificação de saberes especializados cada vez maior, mais difícil se torna saber o que deve, e como deve, ser apresentado e explicado aos leigos.

A INTERPRETAÇÃO pode, sobretudo, despertar o interesse e a curiosidade das pessoas pelas coisas, e alterar a consciência para a razão mais profunda desta preocupação e necessidade de cuidar do património, porque lhe confere, claramente, um sentido utilitário que é reconhecido em plena visita.

A VALORIZAÇÃO do património é um processo complexo que conduz a um acréscimo das qualidades que lhe são inerentes, e também a um acréscimo da percepção dessas mesmas qualidades e da possibilidade prática do seu usufruto pela comunidade, traduzindo ao mesmo tempo o seu grau de utilidade.

A VALORIZAÇÃO do património integra, necessariamente, um conjunto diferenciado de acções integradas de estudo e de investigação, de salvaguarda, e de divulgação; acções que revelam uma interdependência total, e que dificilmente poderão ser repetíveis para além de um modelo teórico. A abrangência de um processo de valorização verifica-se no âmbito das acções que são empreendidas, onde o território e a comunidade, e as actividades relacionadas, tomam um significado diferente; e também no tipo das acções que são necessárias, envolvendo um crescente número de disciplinas e técnicas, desde estudos de investigação em diferentes domínios, até expropriações de terrenos para o domínio público e a contratualização de acções entre o Estado e privados, operações técnicas de levantamentos especiali-

zados, prospecções, consolidações, restauros, sondagens, projectos de design, arquitectura e paisagismo e, necessariamente acções de divulgação e interpretação.

O acréscimo de qualidade que reside no processo de valorização do património pode consistir em tornar possível que os visitantes tenham uma experiência mais marcante e que fiquem a conhecer um pouco mais; pode consistir numa apreensão mais rigorosa dos significados dos sítios e reflectir-se num acréscimo do respeito pela necessidade da sua salvaguarda.

Este acréscimo de qualidade pode também consistir numa adequação das condições de visita às exigências do mundo de hoje. As pessoas têm necessariamente que se poder reconhecer, até certo ponto, nos espaços monumentais.

Os instrumentos que utilizamos para fazer este *upgrade* no processo de mediação património-público, constituem a INTERPRETAÇÃO.

O papel da INTERPRETAÇÃO é o de fornecer as chaves para uma compreensão mais completa, de uma forma mais rigorosa, afectiva e cativante. Caso se revele eficaz, está a estimular o gosto das pessoas pelo património e, directamente, a reforçar a consciência para a sua estima e para a sua salvaguarda. E está a contribuir, consequentemente, para que esse património perdure de facto também como um recurso (quantas vezes vital) para a comunidade em que se insere.

Os dados do CONHECIMENTO técnico-científico obtidos sobre o monumento ou o sítio vão permitir perceber, afinal, o que é importante transmitir às pessoas, que outros sítios não podem transmitir; existem sistematicamente particularidades notáveis que podem e devem ser exploradas, de forma a constituírem temas-chave de apresentação, como por exemplo tipos de construção, sistemas construtivos, modos de habitar, sistemas de exploração agrícola, um papel especial no sistema de defesa, uma simbologia especial, um acontecimento histórico notável ou mesmo a particularidade de um sítio ser um complexa sucessão de ocupações de diferentes épocas sobrepostas.

As CONDICIONANTES do sítio, como a localização de proximidade, ou não, com zonas urbanas, a topografia, a extensão do terreno em que se situa, a qualidade da

envolvente paisagística, a proximidade de outros elementos patrimoniais articuláveis, as características de acessos e de percursos, a localização relativa entre os vestígios que poderão ser visitados, e o próprio valor plástico das ruínas – porque não assumir? – vão condicionar o tipo de soluções a adoptar.

Os MEIOS FINANCEIROS e os MEIOS HUMANOS previsíveis e disponíveis, outras iniciativas de valorização local que possam ser cruzadas, o tipo ou os tipos de público que se pretende captar, são dados que vão permitir problematizar esse caso em concreto e definir um CONCEITO geral de INTERPRETAÇÃO.

O CONCEITO desenha-se a partir da definição dos OBJECTIVOS, desenvolve-se através da explicitação dos CONTEÚDOS, e toma forma concreta através da definição dos SISTEMAS DE APRESENTAÇÃO que englobam, no fundo, tudo o que é o veículo de conteúdos – a começar pelas próprias estruturas, ruínas, paisagem associada, comunidade em que se integra, agregados aos centros de acolhimento e interpretação com sistemas expositivos, à sinalética de encaminhamento e interpretação, aos suportes de explicação (guias, desdobráveis, roteiros de visita, etc).

O CENTRO de ACOLHIMENTO e INTERPRETAÇÃO é um instrumento de mediação insubstituível, quando estamos a falar de sítios que apresentam alguma complexidade e que exigem um mínimo de conhecimentos prévios à visita.

Apresenta fundamentalmente duas valências, uma de RECEPÇÃO do público visitante – que pode funcionar também como espaço de descompressão e regulação de visitas, tendo em vista adequar a carga de visitantes ao sítio, quando for o caso – e que está associada a estruturas mínimas de apoio, como blocos sanitários, loja, publicações e informações; outra valência de INTERPRETAÇÃO, associada a uma instalação expositiva, mais ou menos complexa.

Outra valência que pode, também, estar associada é a de APOIO à gestão do sítio e a trabalhos arqueológicos ou estudo de materiais.

Uma matriz deste tipo acarreta sempre uma tradução dimensional considerável, considerando as características paisagísticas habituais dos sítios arqueológicos,

e por isso o impacto na paisagem deve ser cuidadosamente equacionado, sempre que a única opção viável seja construir um edifício de raiz.

Que QUESTÕES nos colocam os CENTROS de ACOLHIMENTO e INTERPRETAÇÃO?

1. QUESTÕES DE METODOLOGIA – É um erro lançar concursos de ideias para projectos, com objectivos vagos e programas genéricos, sob risco de as soluções não encontrarem a fundamentação necessária num conhecimento aprofundado e amadurecido do sítio, o que é possibilitado pela investigação.

Cabe à entidade responsável pela valorização, dentro de uma metodologia de intervenção global, e dentro de um plano de salvaguarda e valorização, definir os objectivos, os princípios e os critérios que deverão ser adoptados e, conseqüentemente, os programas relativos a todas e quaisquer estruturas que se revelem necessárias.

Essa metodologia inicia-se com a equação da necessidade da construção de um centro de acolhimento e interpretação que, entrando em linha de conta com diferentes factores (a começar pelas disponibilidades financeiras e de meios humanos, não só na perspectiva da intervenção como também da futura manutenção) irá possibilitar uma primeira ideia sobre a possível escala do equipamento, as suas valências, a articulação que poderá ter com o próprio sítio, e o que poderá representar para os visitantes e para a comunidade local ou regional.

Definido o perfil do equipamento, é necessário trabalhar em concreto um programa preliminar, que defina claramente as necessidades funcionais a que o equipamento deve responder, defina áreas, condicionantes, defina requisitos especiais; definido o programa preliminar, terá de ser verificada a adequação da previsível materialização desse programa ao sítio, em termos arquitectónicos. O sítio poderá não suportar uma estrutura com a dimensão inicialmente pensada, por se sobrepor visualmente à escala das ruínas, ou pelo impacto na paisagem imediata envolvente, ou por outro motivo, e terá de procurar-se outra alternativa; ou poderá veri-

ficar-se que é necessário corrigir as áreas inicialmente previstas, adequando-as às necessidades verificadas quanto à relação dimensional com a pré-existência.

É com esta fase estabilizada, definido o programa funcional, as áreas e a volumetria aceitável, a possível localização, que deverão ser efectuadas sondagens arqueológicas, caso não tenham já sido realizadas, a fim de determinar se existem estruturas que condicionem a obra, ou que eventualmente impeçam de todo a sua implantação no local inicialmente apontado. E, se assim for, teremos que nos virar para outro lado.

A partir deste ponto poderá ser lançado um concurso para a concepção, ao nível de estudo prévio, cuja melhor solução servirá para acertar e afinar em definitivo questões de ordem programática; e, a partir daí desenvolver-se o projecto em fases sucessivas, até à fase de execução que permita levar a concurso de construção.

2. QUESTÕES DE ARQUITECTURA

O IMPACTO - Avaliar o impacto previsível de uma nova estrutura num sítio arqueológico não é sinónimo de, à partida, haver a necessidade de camuflar uma nova construção.

Tal como em intervenções noutros monumentos que não sítios arqueológicos, em que se torna necessário introduzir construção nova, designadamente com estruturas complementares de apoio a acolhimento a visitantes, as características concretas de cada sítio e o estudo da melhor relação que deverá ser estabelecida entre a nova intervenção e as preexistências, determinarão os princípios a adoptar nas premissas do projecto.

A localização prende-se certamente com as disponibilidades e terrenos em que se possa intervir dentro de um prazo razoável, com a acessibilidade, com o conceito de aproximação ao sítio e às estruturas arqueológicas, com as relações visuais e estruturais que o edifício possa estabelecer com essas estruturas, com os percursos, com elementos marcantes da paisagem, com a topografia e com a exposição.

INTERVENÇÃO MÍNIMA - Tal como num processo de valorização de um monumento/estrutura arquitectónica, num sítio arqueológico, e na perspectiva con-

creta da sua interpretação, a pré-existência (as ruínas), nunca poderão deixar de ser o fulcro da experiência que se pretende proporcionar aos visitantes, sob risco de uma subversão da finalidade inicial do processo de valorização; embora isso não signifique secundarizar a importância da forma arquitectónica; antes pelo contrário, significa atentar na resposta certa e equilibrada que a arquitectura terá que dar àquele sítio e com aquela finalidade.

EFICÁCIA - Uma solução eficaz em arquitectura corresponde a uma solução que responde bem, em simultâneo, às necessidades funcionais (e portanto programáticas) e ao significado estético que é solicitado pelo sítio; a exigência disciplinar e a actual exigência do público, devem encontrar uma resposta adequada nas soluções de funcionamento dos centros, em todas as suas componentes - a arquitectura deve ser uma mensagem de modernidade que estabeleça uma ponte com os valores estéticos actuais, especialmente importante para o público visitante mais jovem, e os seus conteúdos devem ser rigorosos.

A sensibilização para o património inicia-se também na sensibilização para os valores estéticos, através daquilo que se pode oferecer nos diferentes instrumentos da interpretação, na qualidade da arquitectura dos centros, na qualidade do design gráfico da sinalética, na qualidade e no poder apelativo de projectos expositivos e dos materiais de divulgação e promoção.

O PROGRAMA ITINERÁRIOS ARQUEOLÓGICOS do ALENTEJO e ALGARVE possibilitou retirar muita aprendizagem em todos os domínios que até agora foram abordados. De 13 sítios inicialmente previstos no Programa, 11 sítios arqueológicos³ foram objecto de acções de valorização entre 1994 e 2002, intervalo de tempo que permitiu aferir objectivos e estratégias, e ir construindo metodologias de trabalho em concreto.

O desenvolvimento em paralelo destas 11 intervenções de valorização permitiu ir confrontando as diferentes necessidades e especificidades de cada sítio, ao mesmo tempo que motivou um trabalho de avaliação dos conceitos que estiveram na base de diferentes opções que foram tomadas no decurso deste Programa.

Os critérios gerais que se foram consolidando ao longo do processo podem resumir-se assim:

- fundamentação da apresentação dos sítios no seu conhecimento técnico-científico, transmitindo o essencial sobre o sítio e o seu contexto, relacionando-o com o território, e procurando dar uma visão relacional com outros patrimónios;

- focalização da apresentação em temas-chave que pudessem particularizar cada sítio no contexto do universo patrimonial;

- adopção de uma filosofia de intervenção que não afectasse a autenticidade e o "espírito do lugar" próprio de cada sítio arqueológico, mantendo as preexistências como ponto fulcral;

- introdução de valores de modernidade, através de formas apelativas e inovadoras na apresentação dos sítios, assumindo a presença dos valores da arquitectura qualificada e contemporânea como meio de aproximação do público aos monumentos;

- relacionamento dos sítios com outros recursos patrimoniais situados na proximidade;

- integração do sítio, enquanto recurso cultural precioso para o desenvolvimento, com o território, com as comunidades e com a sua dinâmica sócio-cultural;

Nos onze sítios foram estudadas, implementadas e acompanhadas centenas de acções de diferente tipologia e escala, correspondendo a investimentos também de ordem muito diversa, dentro de uma programação pluri-anual, enquadradas em programas de salvaguarda e valorização:

- acções de aquisição e expropriação de terrenos, tendo em vista resgatar as necessárias áreas de enquadramento ou mesmo os próprios monumentos (Alcalar, Escoural, Miróbriga, Santa Vitória de Campo Maior), medida tão fundamental quanto morosa e complexa;

- acções de investigação e estudo apoiadas, em certos casos, em trabalhos arqueológicos, por equipas do IPPAR ou externas, com supervisão do IPPAR;

- acções de recuperação, consolidação, restauro e manutenção de estruturas, diferindo em escala e complexidade, em função das necessidades e dos objectivos próprios de cada situação;

- desenvolvimento de projectos de arquitectura e paisagismo para os centros de acolhimento e interpretação e respectivas envolventes, tendo por base programas funcionais e termos de referencia previamente definidos pelo IPPAR;

- desenvolvimento de projectos de conteúdos de interpretação e exposição para os centros de acolhimento e interpretação;

- desenvolvimento de projectos de infra-estruturas associadas à construção dos centros de acolhimento e interpretação (acessibilidades, abastecimento de energia, água, saneamento, comunicações);

- desenvolvimento de projectos de sinalética de encaaminhamento e de interpretação para implementação em percursos de visita;

- acções de preparação de consultas, concursos e adjudicações;

- projectos editoriais para apoio à visita (guias gerais de divulgação do Programa, CDROM, guias desdobráveis por sítio, Roteiros);

- acções de divulgação e promoção (Encontros dirigidos a agentes de promoção turística, integração de sítios em projectos comunitários, articulação com o ICEP, visitas especializadas).

Os PROJECTOS dos centros de acolhimento e interpretação seguiram uma matriz funcional genérica similar seguindo uma avaliação de valências – acolhimento, interpretação, manutenção, investigação.

O programa funcional padrão contemplou zona de recepção/bilheteira e pequena loja, zona de informação/interpretação/exposição, zona de bloco sanitário, zona de gestão e, pontualmente, zona de tratamento de materiais arqueológicos. O estatuto diferenciado do sítio arqueológico de Miróbriga no contexto da orgânica funcional do IPPAR determinou também o reforço das respectivas valências de investigação e gestão.

Foram também contemplados nos programas funcionais as respectivas acessibilidades e zonas de estacionamento. Agregados pontualmente aos projectos para os centros de acolhimento e interpretação, os projectos de paisagismo e de requalificação de percursos de visita.

Os CRITÉRIOS gerais de introdução dos novos edifícios nos sítios passaram:

- pela avaliação prévia da capacidade de incorporação de um novo edifício pelo sítio;
- pela avaliação da dimensão e do tipo de estrutura mais adequada, em função das características do sítio, designadamente o tipo, a configuração e a localização relativa de estruturas arqueológicas, a topografia do terreno, os percursos de visita, os pontos de vista na aproximação aos sítios;
- pela ponderação de factores de proximidade, salvaguarda da autenticidade do ambiente e integração paisagística;
- pela adopção de conceitos arquitectónicos distintos em função das particularidades dos sítios, em oposição à adopção de projectos tipificados;
- pela afirmação clara de um desenho contemporâneo nas novas intervenções.

Foram desenvolvidos projectos de conteúdos para a interpretação dos sítios, a integrar nos centros de acolhimento, envolvendo a definição prévia de guiões e o respectivo desenvolvimento pelos responsáveis científicos, e a sua tradução em projectos expositivos incorporando diferentes formas de comunicação, com recurso a projectistas e produtores externos. Prevaleceu a perspectiva de deixar em aberto a possibilidade de re-apresentações que possam acompanhar novas exigências de comunicação com o público, ou novas interpretações, conferindo um carácter claramente efémero a estas instalações.

Articulados com os projectos dos Centros de Acolhimento e Interpretação foram desenvolvidos projectos de requalificação de percursos de visita e projectos de paisagismo, integrados com os princípios adoptados para a construção das estruturas de acolhimento e com a sinalética de percurso, procurando organizar a visita, ou mesmo reger a visita, e resolver alguns problemas de acessibilidades, como a transposição de estruturas arqueológicas através de passadiços, ou questões de tratamento superficial de solos, escoamentos de águas pluviais e revestimentos vegetais, tendo em vista a salvaguarda da integridade de estruturas ou minorar custos de manutenção.

Foi desenvolvido um projecto de normas de sinalética de interpretação, para adopção comum em todos os sítios integrantes do Programa – e posteriormente estendido a outros sítios e outras tipologias patrimoniais, como os castelos – normalizando, tanto quanto possível, as matrizes gráficas e a imagem institucional do IPPAR.

A sinalética de interpretação revelou-se, como era esperado, um elemento de primeira importância na mediação com os visitantes, retirando-se da experiência deste Programa a necessidade de uma especial atenção à 1. adequação do tipo de informação a comunicar em relação com os objectivos pretendidos e 2. estratégia de comunicação a utilizar e meios mais eficazes nessa comunicação.

Em paralelo, e complementarmente, foi desenvolvido um projecto editorial para materiais de divulgação – guias de visita por cada sítio, em diferentes idiomas, com uma explicação sucinta e com elementos gráficos de interpretação, Roteiros de apoio mais desenvolvidos e com maior aprofundamento científico, para alguns dos sítios integrantes do Programa, tal como um guia geral e um CDROM de divulgação e materiais de promoção para venda nos centros de acolhimento com características individualizadas por cada sítio arqueológico.

Notas

¹ Programa de Valorização Cultural e Divulgação Turística, desenvolvido em parceria entre o Ministério da Cultura/IPPAR e o Ministério da Economia/IFT, iniciado em 1994, abrangeu treze sítios arqueológicos, situados dez no Alentejo e três no Algarve, cobrindo uma cronologia alargada, do Megalítico ao Medieval, e estruturado em três itinerários - Megalítico, Romano e Islâmico. Com um investimento inicial previsto de € 3.250.000, o valor global investido cifrou-se em cerca de € 7.000.000, dos quais € 2.500.000 suportados pelo IFT e o restante pelo IPPAR.

O Programa envolveu a colaboração de todas as Câmaras Municipais onde se situam os sítios arqueológicos seleccionados, através de Protocolos de colaboração celebrados com o IPPAR, assim como a colaboração com muitas outras entidades públicas e privadas, tal como o Campo Arqueológico de Mértola e a Lusotur. O desenvolvimento deste Programa envolveu a realização de centenas de acções, envolvendo a participação de numerosos técnicos dos serviços centrais e regionais do IPPAR e a colaboração de dezenas de equipas externas, cobrindo-se um vasto leque de áreas técnico-científicas exigíveis para a diversidade de acções necessárias.

A coordenação técnica do Programa foi assegurada pelo autor deste texto (Departamento de Estudos do IPPAR) e pela Dr^a Filomena Barata (Direcção Regional de Évora do IPPAR), e a coordenação na área da Gestão pela Dr^a Fernanda Garção (Departamento de Planeamento e Gestão do IPPAR), em articulação com as Direcções

Regionais de Évora (Arq^o Miguel Lima) e Faro (Arq^a Teresa Pimpão); foram responsáveis e gestores dos diferentes sítios arqueológicos abrangidos o Dr. Rui Parreira (Monumentos megalíticos de Alcalar e Ruínas de Milreu, tendo sido responsável pela definição de conteúdos da exposição permanente na Villa romana de Cerro da Vila), Dr. Rafael Alfenim (Circuito arqueológico da Cola, Ruínas de S. Cucufate - inicialmente assegurados pela Dr^a Susana Correia), Dr^a Filomena Barata (Ruínas Romanas de Miróbriga, inicialmente com a Dr^a Susana Correia), Dr^a Ana Carvalho Dias (Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória de Campo Maior e Villa Romana de Torre de Palma), Dr. João Marques (conjunto arqueológico do Escoural, com a colaboração científica da Dr^a Ana Cristina Araújo, e Villa Romana de Pisões).

² Arquitecto. Director do Departamento de Estudos do IPPAR.

³ Sítios arqueológicos englobados no Programa: Ruínas Romanas de Miróbriga (Santiago do Cacém), Circuito arqueológico da Cola (Ourique), Conjunto arqueológico do Escoural (Montemor-o-Novo), Ruínas de S. Cucufate (Vidigueira), Conjunto monumental de Mértola (Mértola), Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória (Campo Maior), Villa Romana de Pisões (Beja), Villa Romana de torre de Palma (Monforte), Ruínas de Milreu (Faro), Villa Romana de Cerro da Vila (Loulé), Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Villa Romana de Abicada (Portimão), Villa Romana de Santa Vitória de Ameixial (Estremoz); nos últimos dois sítios não se verificaram condições para a implementação das acções previstas inicialmente.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses